

SOBRE O “FAZER PERIFERIA”: EXPERIÊNCIAS, NARRATIVAS E REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO ETNOGRÁFICO

Camila Sissa Antunes*

Resumo

Este artigo discute parte dos resultados de um estudo etnográfico desenvolvido junto às moradoras de dois bairros periféricos da cidade de Chapecó, em Santa Catarina (SC). A pesquisa buscou enfatizar articulações entre território e experiência, em suas dimensões práticas e simbólicas, de forma que se destacam cenários de socialidades, que envolvem lugares e referências identitárias (de pertencimento ou de distanciamento) e outras formas de subjetivação do território, que consolidam relações processuais de construção da periferia. A proposta deste trabalho é refletir a condição da periferia e da cidade como lugares em processo, apreendidas, a partir de territorializações e de mobilidades, identificadas durante a etnografia e construídas a partir da perspectiva dialógica, enfatizando experiências e narrativas do cotidiano. Assim, a proposta, neste artigo, é apresentar as processualidades que encontramos nas mobilidades pelo território, que aparecem com maior ênfase nas áreas irregulares dos bairros pesquisados e que são reconhecidas pelos sujeitos da pesquisa como “direito”. Percebemos, no contexto de abordagem, uma circulação das pessoas pelo território, alternando o lugar de moradia, acessando novas formas de morar, realizando transferências e reocupações, etc. As histórias de mobilidades nos permitem vislumbrar a complexidade dos processos inerentes à constituição das periferias urbanas e expressam, através de práticas cotidianas e de narrativas de mobilidade, maneiras através das quais articulam, em suas vivências, sempre relacionais e partilhadas, significados, afetividades e estéticas de sentido que configuram a experiência dinâmica, contínua e processual de “fazer-periferia” e de “fazer-cidade”.

Palavras-chave: Antropologia urbana. Cidade. Periferia. Processualidades.

* Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora substituta de Antropologia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó, Santa Catarina. E-mail: camila.antunes@uffs.edu.br.

Introdução: situando a antropologia urbana na periferia

Desde o início da urbanização de Chapecó, em Santa Catarina (SC), foram criadas medidas, nem sempre explícitas, de exclusão dos mais pobres da paisagem da cidade. O projeto colonizador da região, por exemplo, tratava os índios e caboclos como “intrusos”. Para essa população, que foi expropriada de suas terras, o trabalho assalariado nas madeireiras (e, mais tarde, nos frigoríficos) passou a ser a alternativa. Essas pessoas passaram, então, a trabalhar na cidade e estabeleceram-se no perímetro urbano, formando “cinturões de barracos”, ou “bolsões de pobreza” (GOMES, 1998; RENK, 1997; ALBA, 2002; HASS, 2006; HASS; ALDANA; BADALOTTI, 2008). Historicamente, verificaram-se processos de remoção em áreas pouco ou nada urbanizadas, como as bordas de fazendas, que abrigavam os chamados posseiros, os quais foram removidos, no início dos anos 1960, para o lugar que posteriormente foi denominado bairro São Pedro.

No ano de 2014, a região que consolidou este bairro sofreu um desmembramento, pois parte do território passou a ser delimitado como bairro Bom Pastor. Toda a malha urbana dessa região – que comporta, portanto, ambos os bairros – conforma uma realidade complexa e interessante, do ponto de vista antropológico, fornecendo um campo dinâmico e fértil para refletir sobre os processos de periferização na cidade de Chapecó. Esta, apesar de ser reconhecida como uma “cidade planejada” – cujas diretrizes (em termos espaciais) aparecem especialmente em seu centro e em bairros que o circundam, materializando-se principalmente pelo desenho de formato “tabuleiro de xadrez” das suas ruas – encontra, na região escolhida para a etnografia, um cenário de interferência nessa malha urbana, oriundo de uma política de “limpeza urbana”. É esse movimento inicial que culminou no surgimento de um loteamento popular, no início dos anos 1960, criado com o intuito de concentrar a população mais pobre da cidade naquele território.

Apesar de ser importante demarcar historicamente esse contexto, a etnografia que originou este trabalho dialogou com o povo trabalhador que vive nesses locais, homens e mulheres que resistiram e resistem bravamente às condições de vida que lhe foram impostas pelo processo histórico de expropriação e pela dificuldade de acesso à terra. Ele têm de conviver com a diferença e com o tráfico, negociando alteridades cotidianamente e desenvolvendo estratégias de vida que reinventam, em seu cotidiano, formas de habitar e de viver em um espaço que chamam de seu, atribuindo a ele identidades, aproximações e distanciamentos, que fazem de suas alianças formas de resistência e estratégias de sobrevivência.

A partir disso, pensando a realidade cotidiana de uma população periférica, formada, sobretudo, por essas levas populacionais de excluídos pelo processo colonizador, este trabalho visa trazer um olhar antropológico desses lugares que foram negligenciados historicamente, marginalizados socialmente e que são discriminados contemporaneamente. Nesse sentido, conforme nos desafia Dmitruk (2009, p. 414), “Urge também dar voz às experiências dos ‘outros’ – aos que ficaram de fora nas macro-versões históricas tradicionais”.

Este trabalho se insere em um contexto de pobreza urbana, cenário este que se apresentou, durante o trabalho de campo, como um espaço eminentemente feminino, fato que deslocou meu olhar e ênfase para os diálogos com as mulheres. Essa realidade não é uma exceção; na verdade, vários estudos, no Brasil, apontam para a relação entre pobreza e questões de gênero, assim, apesar de meu enfoque teórico não priorizar as questões de gênero, as vozes femininas são predominantes neste texto, assim como o são em contextos de pobreza urbana em geral, como bem nos mostra Fonseca (2003) ao narrar histórias contadas por suas interlocutoras sobre família e relações cotidianas, relacionando as dimensões de gênero e de classe social. Em meu trabalho, a questão de gênero, sendo mulheres a maioria das minhas interlocutoras, aparece balizada pela relação de confiança que estabeleci em campo. Eu não escolhi trabalhar com mulheres, foram elas que me escolheram.

Este trabalho se propõe desenvolver uma análise, dentro do contexto social de uma parte das periferias na cidade de Chapecó, caracterizando esses lugares a partir das concepções e das experiências de seus moradores. Exploram-se, nele, categorias nativas que visam oferecer um panorama da realidade local, das redes, das socialidades, das adjetivações do território, dos deslocamentos e das fronteiras. O principal tema de análise é a periferação urbana, porém, é preciso ressaltar que, apesar de este ser um fenômeno generalizado na sociedade brasileira, perpassando processos de segregação social, cada caso singular atribui complexidade e diferentes interpretações ao fenômeno através de um conjunto de práticas e de relações contextuais. Desse modo, considero que um estudo de caso como este, ainda mais em se tratando de um caso não metropolitano, pode acabar questionando algumas generalizações usualmente utilizadas. Por outro lado, conforme Rosa (2014), a perspectiva local e situada não deveria implicar uma “autonomização” ou “tipificação” do objeto estudado, pois deve buscar-se, ao contrário, apreender o processo de produção do espaço em estudo por meio das relações e dos jogos de mediações que simultaneamente atualizam e transcendem o seu caráter local. A mesma autora reitera a importância de compreender a produção do espaço nas periferias (e nas favelas) para além dos circuitos metropolitanos, possibilitando um distanciamento das designações genéricas sobre as mesmas, quase sempre pautadas por modelos elaborados a partir das metrópoles paulistana e carioca (ROSA, 2014).

É necessário, portanto, evitar reforçar estigmas que fixam certa homogeneidade entre os diversos espaços de moradia dos pobres na cidade, pois, certamente, trata-se de um campo heterogêneo e complexo, cujas classificações e conceitos não são capazes de se abarcar. Nesse sentido, procuro utilizar o termo periferia a fim de relativizar seu lugar e seu sentido, refletindo sobre sua pertinência e seus significados a partir da experiência da pesquisa. Assim como fez Strathern (2006), minha proposta não é pensar em termos de não aplicabilidade do conceito, mas deslocá-lo e pensá-lo

como constituinte de mais um dos contextos do processo de conhecimento antropológico.

O termo “periferia” conceitualmente não dá conta da complexidade e da diversidade de realidades e de processos que busca descrever, o que exige, no mínimo, a reflexão sobre seus usos, para que não se perca sua capacidade interpretativa (ROSA, 2014). Deste modo, para compreender tais espacialidades, torna-se imprescindível a compreensão de suas apropriações, importando, nesse sentido, os sujeitos envolvidos diretamente neles, sob relações, condições e contextos diversos e através de práticas e experiências cotidianas permeadas por conflitos, negociações e invenções. Assim, não se deve conceber periferia para além de um conceito que sirva como rótulo, mas significa entendê-la como um campo de práticas, ou seja, de justaposições entre as dimensões qualitativamente heterogêneas de espaço e de tempo (CERTEAU, 1994). Importa, portanto, perceber a constituição da periferia como processo, como experiência, como tramas em constante transformação. Neste trabalho, periferia também marca um lugar de fala, e o seu uso pode ser interpretado como uma maneira de situar-se entre as pesquisas urbanas deste campo.

Os estudos sobre formação de periferias revelam a existência de uma multiplicidade de forças e de atores em disputa e em negociação para definir o que pertence a esses lugares. O argumento central que procuro defender é que a noção de periferia urbana deve ser pensada enquanto processo, em suas dissonâncias e continuidades. Nesses termos, significa identificar quais são as forças atuantes nesse campo, as partes que se desagregam, aspectos de exclusão e de inclusão, deslocamentos e apropriações deste território.

As territorializações, neste trabalho, são compreendidas a partir de conceitos antropológicos que permitam apreender os fluxos e as camadas sucessivas de significação dadas ao território, sendo os principais deles os lugares (ou territórios subjetivados), as fronteiras, as mobilidades e os deslocamentos. Para demonstrar as formas com que os sujeitos constroem territorializações, atribuindo nomes e classificações aos

lugares, utilizam-se categorias nativas, que emergiram durante as interações em campo e orientaram as análises consequentes presentes neste artigo. Nesse sentido, sou simpática às proposições de Latour (2008), que indica como tarefa do antropólogo deixar que os próprios atores criem seus próprios cosmos, ou seja, é tarefa do investigador seguir os caminhos dos atores, utilizando seu vocabulário próprio (LATOUR, 2008). Neste trabalho, defende-se que o conceito de *processo* para análise das periferias urbanas na cidade contemporânea – mapeamento de suas dinâmicas internas, delimitações de fronteiras, subjetivações de territórios, formação de redes dentro e fora da periferia – permite uma abordagem heurística no tratamento da complexidade dessa realidade. Desse modo, esta pesquisa visa também contribuir, por meio de um ponto de vista antropológico, para análises da realidade urbana e refletir sobre temas como as políticas habitacionais, um assunto importante para as periferias e que mobiliza diversos interesses e atores, formando um enredo complexo e problemático que precisa ser pensado de maneira interdisciplinar.

Oliven (2007), ao comentar sobre a antropologia de grupos urbanos, salienta que, conforme ressaltaram Durham e Cardoso (1973), essa tendência em olhar para as “camadas menos favorecidas da população” está relacionada ao fato de a antropologia “[...] trabalhar com técnicas de pesquisa como entrevistas abertas, observação participante, que são de natureza qualitativa e, portanto, mais adequada para reconstituir o universo de participação social e o sistema de representação dos informantes” (DURHAM; CARDOSO, 1973 apud OLIVEN, 2007, p. 12). Estudar sua própria sociedade impele, portanto, alguns desafios, mas, dentro de nossa própria sociedade, existe a constante experiência de estranhamento: “A possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras discontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas” (VELHO, 1980 apud OLIVEN, 2007, p. 15). Em síntese, por mais que esta pesquisa tenha se desenvolvido em minha

própria “cultura”, as distâncias eminentes do meio urbano permitiram que fosse experienciada a diferença:

É talvez através da observação participante (ou da participação observante) que se tem a possibilidade de analisar, por exemplo, a dimensão da dominação no cotidiano e perceber como a cultura reflete e media as contradições de uma sociedade complexa, procurando estudar a cultura não como algo externo, mas como um fenômeno que é produzido pelos homens nas suas relações sociais. É observando os acontecimentos corriqueiros e cotidianos que a Antropologia pode construir novas interpretações, uma vez que o trabalho de campo tem um papel central no desenvolvimento da teoria antropológica. E justamente por se preocupar em estudar os reflexos das grandes transformações no dia-a-dia e como elas são vivenciadas e reelaboradas por diferentes camadas sociais que a Antropologia vem desempenhando um papel tão relevante na compreensão da dinâmica de sociedades complexas (OLIVEN, 2007, p. 14).

Assim, a cidade é o contexto geral de observação dos temas que serão abordados em seguida, sendo, ao mesmo tempo, causa e centro de convergência destes processos (OLIVEN, 2007). Sendo a *periferia* um conceito desenvolvido em contextos urbanos, também cabe aqui problematizar de que forma se constrói este olhar teórico sobre o periférico e sobre a pobreza urbana, colocando alguns cuidados que devem ser tomados nesta análise.

Estudos sobre periferia, favelas e pobreza urbana das grandes cidades brasileiras são inúmeros. Penso que estudos dessa temática em cidades médias¹ podem ser tão relevantes quanto aqueles realizados em metrópoles. O discurso midiático, institucional e até mesmo estatístico vem colocando as cidades não metropolitanas como locais prósperos, de grande desenvolvimento e de baixos índices de violência. Suas qualidades são equacionadas pela negatividade: não há trânsito, não há violência e não há pobreza. No entanto, observando processos internos de segregação urbana, identificam-se, também nas cidades médias, sérios problemas sociais e habitacionais.

1 A expressão “cidades médias” é utilizada especialmente no campo da geografia e do urbanismo para designar cidades não metropolitanas, com tamanho demográfico geralmente recortado entre 100 e 300 mil habitantes e que podem ser entendidos como espaços em transição que, para além de sua delimitação demográfica, possuem certas funções urbanas e relações externas e internas que caracterizam seu desenvolvimento urbano (CORRÊA, 2007).

O desafio colocado para os estudos que se voltam para as periferias urbanas, segundo Frúgoli Jr. (2005), passa pela compreensão das transformações conceituais e contextuais diante da complexa diversidade urbanística e de fenômenos desses locais. Assim, procuro utilizar o termo “periferia” de modo operacional e relacional, evitando sua equiparação a processos de segregação espacial, social ou econômica. A perspectiva teórica é pensar não somente a produção socioespacial da periferia, como também processos internos que envolvem elaborações estéticas e simbólicas que dizem da representação nativa ou “de dentro” desses lugares (FRÚGOLI JR., 2005). Neste aspecto, compartilha-se a ideia de que ser da periferia “significa participar de certo *ethos* que inclui tanto a capacidade para enfrentar as duras condições de vida, quanto pertencer a redes de sociabilidade, a compartilhar certos gostos e valores” (MAGNANI, 2006, p. 39). Por isso, este trabalho apresenta um estudo etnográfico *nas periferias*, enfatizando esse lugar da cidade como o contexto para a experiência etnográfica.

Para pensar a antropologia urbana, considero imprescindível o ponto de vista próximo dos sujeitos. Nesse sentido, Certeau (1994) apresenta elementos para um olhar “embaixo”, ao lugar em que “vivem os praticantes ordinários da cidade”, em oposição a um olhar de “cima” – que constituiria o marco de uma “cidade-panorama” –, que indica o esquecimento e o desconhecimento das práticas. Em outras palavras, de um lado, está o conceito instaurado pelo discurso utópico e urbanístico de cidade e, de outro, as práticas urbanas que a fazem. Certeau, cujo enfoque analítico está nas práticas urbanas, considera que “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (CERTEAU, 1994, p. 175).

A respeito da especificidade da antropologia urbana, Rocha e Eckert (2001, p. 3) ressaltam que

A cidade assume, assim, um lugar estratégico como *locus* privilegiado para a reflexão antropológica em

sua busca de apreender, a partir de uma perspectiva compreensiva, tanto a “comunicação” que preside as formas da vida social no meio urbano, como as multiplicidades e as singularidades que encerram o vivido humano no interior deste espaço existencial criado pelo homem da civilização.

Nesse cenário de diferenças, a tarefa antropológica, segundo as autoras, estaria em encontrar, nos itinerários urbanos e nas formas de sociabilidade, inteligibilidade para as estruturas espaçotemporais das experiências humanas e de alteridade, estudando o “processo de territorialização/desterritorialização de identidades sociais no mundo contemporâneo; [...] de redes/espaços sociais que situacionam os sujeitos segundo suas trajetórias, posições e papéis, suas adesões e dissidências no contexto citadino” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 4).

Diante disso, o fazer antropológico, neste terreno instável que é o urbano, deve ser cauteloso e humilde. Cauteloso para definir com clareza seus diálogos e suas intermitências teóricas, ou seja, para, por um lado, estabelecer parâmetros claros das teorias e dos conceitos acionados para apresentar uma organização coerente dos dados de campo, e, por outro, apresentar as intermitências ou hiatos, problematizando aspectos do contexto analisado que “escapam”, que não estão contemplados ou que transcendem as teorias. Neste segundo caso, a própria experiência de campo fornece possibilidades de (re)invenções teóricas, permitindo-nos, agora sim, com humildade, produzir outras leituras, outros olhares, outros conceitos.

Enquanto parte da antropologia urbana, esta pesquisa se debruça sobre um objeto que é “a priori ‘não identificável’”, portanto, a representação textual do trabalho é “necessariamente ‘construída’ de modo indutivo – da observação à interpretação, da etnografia à análise” (AGIER, 2011, p. 37). Assim, a experiência de campo aqui traduzida em texto constitui a base de sustentação para todas as construções analíticas e teóricas. Nesse sentido, orientei-me muito pelas

proposições de Goldman (2006), que situa a antropologia no campo relacional e dialógico dos saberes científicos e dos saberes (ou teorias) nativas. Considerando as práticas urbanas daqueles que habitam a cidade, suas memórias e discursos, procurei construir um texto com eles, com suas histórias, com suas experiências, enfim, com seu cotidiano. A proposta é desenvolver um texto-processo, que vise acompanhar a dinâmica do *cotidiano* e que seja, como este, fluido, incompleto, feito de memórias e de fragmentos.

[Cotidiano] [...] é o que as pessoas comuns vivem, e seus meios de comunicação com o outro - a carta particular, a nota de lavanderia - não são comunicações consideradas artísticas. Mas são, no entanto, ambas convencionalizadas e canonizadas; na verdade, toda a comunicação deve ocorrer em oposição a um determinado contexto mínimo de expectativas genéricas compartilhadas (BAKHTIN, 2008, p. 428, tradução nossa).²

2 Todas as citações de literatura estrangeira foram traduzidas para a língua portuguesa.

Concordo e me inspiro nas operações indicadas por Agier (2011) para uma antropologia da cidade: “O próprio ser da cidade surge, então, não como um dado mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das interpretações e das práticas de “fazer cidade” (AGIER, 2011, p. 38-39). Partindo dessa perspectiva da experiência de campo, são destacadas categorias nativas, acionadas nos discursos e nas práticas dos sujeitos para organizar tanto o espaço quanto as práticas. A esse respeito, são relevantes as diferentes *territorializações*, que agregam sentidos, sentimentos e características aos lugares, colorindo e adjetivando o território. Os dois bairros onde foi desenvolvida a etnografia aqui apresentada contemplam as características de simplicidade e de comunidade, recorrentes no contexto de periferia urbana. *Periferia* é, portanto, uma categoria pertinente analiticamente, na medida em que nos permite acionar teorias da antropologia urbana que, embora construídas em contextos de metrópoles, ajudam-nos a pensar a realidade estudada. Nessa perspectiva, analisam-se as

discursividades que emanam do campo nas práticas cotidianas experienciadas pelos sujeitos.

Os apontamentos deste trabalho são, portanto, resultados do encontro etnográfico, de produtos das interlocuções em campo, das trocas e das subjetividades relacionadas, do meu pensamento, mas também do pensamento de tantas outras mulheres, que, ao compartilharem comigo um pouco de suas vidas, ajudaram-me na tarefa antropológica de pensar, refletir e produzir uma antropologia na periferia.

“Fazer periferia”: o lugar e suas mobilidades

Nesta experiência etnográfica, pensar a periferia significou perceber, em diferentes âmbitos do cotidiano, maneiras através das quais as mulheres que participaram da pesquisa estabelecem relações entre si e com o território, relações estas que foram, por sua vez, traduzidas em termos de *socialidades* e de *redes*. Essa tradução teórica representou, a título desta pesquisa, o que consideramos mais adequado para contemplar a realidade dinâmica que encontramos em campo. Assim, por um lado, pensar o território em termos de *lugares* significou considerar, em primeiro plano, as práticas narrativas que culminam com a construção de *sentidos de lugar*, identidades associadas ao território que nos permitiram analisar, em termos de relações de pertencimento e de distanciamento, significados atribuídos aos lugares e às práticas dos sujeitos envolvidos. Assim, a construção do *lugar* traz em si a possibilidade de uma análise, em termos relacionais, envolvendo tanto pertencimentos como distanciamentos, que refletem diferença e identidade.

Para análise das narrativas selecionadas, que são, ao mesmo tempo, texto, vivências e pensamentos (BAHKTIN, 2010) ou relatos de espaço que articulam práticas e significados (CERTEAU, 1994), a preocupação, na construção da representação etnográfica, não pode ignorar a dialocidade inerente à prática das interlocuções que construímos em campo e a subsequente transformação desses diálogos em

texto escrito. Assim, a proposta, neste trabalho, foi priorizar o dialogismo, não ignorando as relações de poder inerentes à escrita etnográfica, mas considerando a interação entre significados e a narração como um evento social e comunicativo.

Por outro lado, para análise das construções de *lugares* foi analisada a forma de apropriação denominada *direito*, que representa uma prática que compartilha significados e “modos de fazer” (CERTEAU, 1994). Nesse sentido, podemos dizer que a categoria *direito* estabelece uma conexão entre espaço e experiência coletiva, cuja proximidade (e mesmo conexão), através de um processo de identificação, nos termos de Mafessoli (1996, p. 336), podem representar a solidariedade que imbrica os moradores: “Escorando-se umas nas outras, elas exprimem a potência do laço social, o espírito comunitário que é sua causa e efeito”.

A *processualidade* que encontramos, nas mobilidades pelo território, aparece com maior ênfase nas áreas irregulares reconhecidas pelos sujeitos da pesquisa como *direito*. Através de diferentes relatos sobre as formas de uso e o significado desses lugares, notam-se diferentes táticas para a ocupação efetiva do território. É interessante observar que o que legitima a propriedade do direito é a ocupação (aqui e agora) e não a relação de tempo, antiguidade, etc., sendo, mais uma vez, possível compreendê-la como uma prática que encarna a lógica do *presenteísmo* de que fala Maffesoli, isto é, caracterizada simbolicamente por sua transitoriedade e fluidez.

Direito é um termo nativo acionado minimamente para duas situações diferentes: por um lado, ele expressa sua conotação jurídica constitucional quando os atores declaram que lutam pelos seus direitos ante as instituições habitacionais municipais – é princípio de sentido; por outro lado, a noção de direito é acionada por eles também quando se referem às áreas ocupadas nos territórios da periferia, transformando aquilo que é fruto de uma ocupação irregular em uma área de direito (de forma que a ela podem retornar e ela pode ser vendida, alugada ou cedida) – é prática e território. Essa noção, usada frequentemente entre os sujeitos, é uma das referências mais

importantes para se pensar as mobilidades desta periferia, pois é uma lógica ou *tática* (CERTEAU, 1994) que implica positivar o que se refere à provisoriedade e à transitoriedade no território, dado que a condição de direito por eles atribuído ao lote permite que este seja vendido, alugado ou reconhecido como propriedade. Assim, *direito* é um termo compartilhado pelos sujeitos, e seus significados são compreendidos e fazem parte da lógica local, relacionando-se tanto às relações políticas e à apropriação do território quanto a um “modo de ser” compartilhado (MAFFESOLI, 1996).

A partir da etnografia realizada, observou-se que as áreas irregulares podem ser identificadas de duas formas:³ área verde ou *direito*. A primeira é usada fundamentalmente para localizar uma determinada área dentro do bairro Bom Pastor, referindo-se especialmente às áreas que, no mapa, aparecem da parte de baixo do bairro, próximo à sanga (pequeno curso d’água). A segunda forma de identificação diz de outros territórios além deste e envolve especialmente uma forma de concepção e de prática de ocupação dessas áreas, chamadas irregulares.

Durante a pesquisa, percebi claramente o movimento de esvaziamento das áreas de ocupação irregular (remoção das famílias, demolição ou desmanche das casas) e de reocupação. Por se tratar de uma área já consolidada, famílias que vivem próximas ao local logo se encarregam de reocupar aquele território garantindo o *direito* sobre ele. Nesse contexto, portanto, a noção de *direito* se configura, ao mesmo tempo, como uma configuração de *territorialidade* e também como uma prática ou “maneiras de fazer”, nos termos de Certeau (1994). Para o autor, essas “maneiras de fazer” são constituídas pelas práticas de reapropriação do espaço pelos usuários e se expressam por meio de *táticas*. Apesar de serem “[..] operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e a detalhes, insinuadas e escondidas nos aparelhos dos quais elas são os modos de usar [...] deve haver uma lógica dessas práticas” (CERTEAU, 1994, p. 42). As *táticas*, para Certeau (1994), são performances operacionais, práticas cotidianas que

3 Aqui cabe ressaltar que, em alguns casos, os moradores utilizaram as palavras “favela” ou “favelinha” para identificar esses locais, mas, por ter sido mais amplo e comum o uso do termo “direito”, optou-se por não as incluir enquanto categoria nativa.

representam as vitórias do “fraco” sobre o mais “forte”. Elas são, assim,

[...] pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia [...] Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula (CERTEAU, 1994, p. 42).

No caso de Tulipa, uma das interlocutoras da pesquisa, a ocupação em um *direito* se tornou uma ação tática, nos termos de Certeau (1994), para garantir uma vaga no programa de habitação da prefeitura. Ela construiu um barraco em uma antiga área ocupada, inclusive por familiares seus e do seu esposo, como forma de pressionar a prefeitura a reconhecer seu cadastro. A *tática* deu certo, pois ela foi para um apartamento e vendeu os materiais utilizados na construção do barraco. Entre três ou quatro meses após a primeira entrevista realizada com ela, Tulipa se mudou para um condomínio de interesse social chamado Monte Castelo, localizado no bairro Seminário. Cabe ressaltar que as relações de apropriação presentes nas áreas de ocupação oferecem interessantes panoramas para se pensar não apenas estratégias de sobrevivência e de transição para a casa própria, mas também as concepções de propriedade que os moradores desenvolvem e as subjetivações do território surgidas a partir de argumentos legitimadores do *direito*. No caso analisado anteriormente, além da argumentação de necessidade, Tulipa também aciona a ocupação familiar anterior como legitimadora de sua atual ocupação; assim, a noção de *direito* permite não só a manipulação e a transferência de terra e da propriedade em termos materiais, mas principalmente simbólicos.

No caso de Tulipa, a ocupação do terreno e a subsequente reivindicação pelo apartamento representa claramente uma *tática* de reprodução social e de acesso à terra, que veio após a negociação do apartamento por uma casa e por um terreno

na Vila Betinho. Ou seja, há uma apropriação dos termos do outro, tanto nas *narratividades* quanto nas práticas, que revelam “Mil maneiras de *jogar/desfazer o jogo do outro*, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas” (CERTEAU, 1994, p. 79). Cabe destacar que Certeau (1994, p. 100) denomina

[...] *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’ [...] e no espaço por ele controlado.

Os relatos sobre as ocupações urbanas, denominadas *direito*, revelam as formas através das quais os sujeitos “penetram” no sistema e no lugar do *outro* para constituir para si um *lugar*. A tática de ocupação, apesar de aparentemente não ser uma ação organizada, é coletiva e articulada, no sentido de envolver, por vezes, grupos familiares e articulações que antecedem a ocupação ou simplesmente por serem ocupações que vão “germinando” pelo território, crescendo e ganhando força. É relativamente fácil desmobilizar uma ocupação de terreno com uma família apenas, mas, quando esta passa a se constituir de dezenas de famílias, qualquer intervenção se torna mais delicada. Assim, mais uma vez, enfatizamos a *processualidade* dos eventos de territorialização nos cotidianos da periferia, desta vez a partir do relato de uma das entrevistadas, Gérbera⁴:

Não tinha quase casa, pra lá era tudo mato, pra lá também, começaram a fazer as casa aos poucos, começaram a fazer as casinhas e diziam que era direito, começaram [a] invadir e foi. Só que agora quase tudo

4 Todos os nomes próprios utilizados neste texto são fictícios.

tem escritura. [...] Direito é um cantinho, é um final de rua, um cantinho assim que era da prefeitura, eles invadiam [...] e ficavam, não tinham mais como pagar aluguel, colocava um barraco em cima, quando tinha condição fazia uma casinha melhor (informação verbal).

Ama ação tática como essa representa uma infiltração no campo de poder do *outro* e o empoderamento daquele até então destituído de poder. A entrevistada conta também que

A maioria dos que vinham de fora, eles faziam de noite, amanhecia, como era de lona, de compensado, daí depois durante o final de semana. Uma época a prefeitura vinha olhar, mas a prefeitura nem dava bola, não vencia mesmo. Aqui pra cá era tudo, ali tinha uma fileira de casa, e [se] tivesse deixado, ali tinha tudo casa bonita ali onde tem aquele mato lixão ali também, ali tinha as casa bonita, eles que tiraram e levaram lá pra cima (informação verbal)

A partir da ocupação e da efetivação do *direito*, seguem-se uma infinidade de possibilidades e de caminhos. Para Gérbera, a casa se tornou sua propriedade, com escritura e tudo. Apesar de ela estar localizada em borda de sanga, sua família conseguiu, via processo judicial de usucapião, o reconhecimento da propriedade:

Uma época logo que nós tava aqui eles queriam tirar e levar lá pra Vila Páscoa, quando começou a sair as casa lá na Vila Páscoa, daí meu marido não teve jeito de ir. Depois, quando começou a sair a Vila Betinho, eles vieram de novo pra levar nós pra Vila Betinho. [Dissemos que] não queria também ir pra lá de jeito nenhum, que nós não queria sair. Daí começamos ir atrás do dimensor [...] daí começaram medir e demos entrada no Fórum até conseguir a escritura (informação verbal).

Essa perspectiva de resistência permitiu a consolidação no território. Poderia ser outro o caminho de transição para outro local definitivo, através do ingresso em políticas públicas

(caso de Tulipa), ou mesmo da conversão deste *direito* em moeda de troca e possibilidade de negociação, pois as áreas de direito são passíveis de *briques*.⁵

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um ‘golpe’, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos (CERTEAU, 1994, p. 102).

As relações de propriedade envolvem intrincados processos de apropriação, negócios ou *briques* e agenciamentos em torno de compra, venda e troca. Essa noção está intimamente relacionada à noção de *direito*, que pode se referir aos territórios ocupados nas áreas irregulares e orientar determinadas práticas, em torno dos lugares de moradia, e discursos de empoderamento. As relações referentes ao uso, às nomeações e às práticas, nesses espaços, e suas conseqüentes negociações serão analisadas a seguir.

A categoria *brique* é acionada em diferentes contextos, mas aqui cabe analisar especialmente aqueles que envolvem as transações habitacionais. Nos discursos dos entrevistados, estas estão geralmente associadas à ação de *briquear*, envolvendo, portanto, uma ação, uma prática no espaço:

Aqui foi *briqueado*. Eu morava ali no Boa Vista, no caso lá, daí *briqueei* aqui. Aqui ficava mais perto do colégio, aí se ajeitou esse *brique* aí. Lá era irregular também [...] Eu *briqueei* aquela casa por essa, era um outro que morava aí, *briqueei* com ele lá, aí ele foi morar lá e ficou um tempo lá, mas vendeu já e diz que mora em Coronel Freitas (informação verbal).

Os *briques* podem ser feitos com terrenos de “posse” ou irregulares, os chamados *direitos*, ou com outras situações de moradia, como terrenos ou unidades habitacionais compradas ou acessadas mediante políticas habitacionais:

5 “Brique” é um termo nativo para indicar negociações ou transações que podem envolver troca, compra ou venda. Ele pode ser usado também como verbo (briquear).

Nós morava tudo aqui no bairro, daí ela ganhou um terreno aqui e “briqueou”, daí foi morar ali na frente do CAIC e, depois de tudo, ela morou ali embaixo, onde tinha os barraquinhos, daí ali dos barraquinhos ele ganhou lá no Expoente. [...] Ela disse que aqui ela conseguia se virar, ela catava papel para reciclagem, lá já não dá, é mais longe de tudo, lá depende de lotação pra vir pra cidade (informação verbal).

Nesse caso, relatado por Narcisa, aparece uma primeira negociação envolvendo um terreno na Vila Betinho (loteamento popular) e a volta para a área dos “barraquinhos”, o que indica um retorno às condições de moradia anterior. Em um segundo momento, há a transferência dessa família para o loteamento Expoente. Não há garantia de que, desta vez, permanecerão no local, pois, como a fala de Narcisa já indica, a vida em apartamento impossibilita, por exemplo, que continuem desenvolvendo o trabalho com materiais recicláveis, um dos motivos que pode fazer com que retornem à condição anterior de moradia (áreas irregulares) ou façam um *brique* com o apartamento ou com terreno e acessem uma nova casa, como neste relato de Lis:

Minha mãe morava ali embaixo, na Barão do Rio Branco, naquela época, tinha um monte de barraquinho ali, né, daí minha mãe morava ali. Daí ela ganhou um terreno nessa rua debaixo aqui, daí meu pai “briqueou” com uma mulher que morava aqui, ele “briqueou” com ela, ela foi pra lá e eles vieram pra cá (informação verbal).

Algumas vezes, são necessárias sucessivas negociações, até ser possível estabelecer-se em um lugar mais definitivo. Na narrativa de Flor, a seguir, isso fica evidente:⁶

6 O terreno na Rua Pará refere-se a uma área irregular, e “aqui” é a Vila Betinho.

Daí compramos um terreno na Rua Pará, onde tinha uma igreja ali. A gente comprou um pedaço assim, e construímos uma casa e moramos ali um ano. Daí que fomos pra cima, compramos uma casinha da Dona Maria, que morava lá, que era amiga da minha cunhada, daí compramos dela uma casinha

até bem caprichadinha de madeira, de assoalho, daí ali nós ficamos, até subir pra cá. Daí tiramos a casa de lá e trouxemos pra cá. No começo, aqui, fizemos a casinha de madeira, já tinha o banheiro. Já melhorou a situação, né, porque lá embaixo não tinha nada (informação verbal).

As relações com o território, bem como as *táticas* de empoderamento e de transição para a casa própria são vividas e significadas diferentemente pelos sujeitos. Se, para alguns, o acesso aos programas habitacionais é apenas transitório e um *direito* passível de compra e de venda, para outros, esse tipo de transação é criticada:

Naquela época, era muito diferente, muito sofrido. Nós passamos muita farta, muita fome [...] Dos doze irmão da mesma mãe, tudo foram se extraviando, uns vieram pra cidade, se juntaram, outros foram pra aldeia, se juntaram, assim. Tenho uma irmã que paga aluguel, ganhou um casinha lá em cima, ganhou aqui, mas vendeu. Nós não conversamos, porque eu acho assim, eu sou ignorante, eu sou muitas coisas, eu reconheço que sou chata, porque o que eu sofri pra ter eu não quero que ninguém venha pra destruir, então eu acho muito errado, se tu ganhou, se tu sofreu pra ter, eu acho bom cuidar. Eu sofri muito pra conseguir, passei muita farta, chorei muito com os meu filhos sem ter onde ir, sem ter onde dormir, não só os meus, mas com os dele também, e os outros que vinham visitar não tinham nem teto pra dormir (informação verbal).

Assim, percebe-se que a própria noção de *direito* pode ser manipulada e acionada em diferentes contextos. Para uns, o acesso aos programas habitacionais não se configura em *direito* passível de venda, e, no caso de precisarem sair do local, mencionam a “entrega” da casa para a prefeitura. Essa “entrega”, porém, envolve uma negociação paralela, digamos, pelo *direito* de ficar no local. Assim, os sujeitos envolvidos na negociação estabelecem um acordo, diante da autoridade, de troca (de qualquer forma, o contrato permanece em nome do proprietário original). Esta *tática*, em princípio, garantiria

o acesso novamente a benefícios habitacionais, caso fosse necessário, como no relato abaixo, em que, posteriormente à entrega da casa, a família teve acesso a um novo terreno:

Ali moramos um tempinho. Daí ficamos um tempo lá naquela casa. Daí eu entreguei pra prefeitura de volta. Daí fomos pra Balneário, fui morar pra lá. Entregamos a casa, ficamos uns três mês lá, daí viemos de volta. Daí que viemos pra Vila Betinho ali. Ali embaixo. Daí moramos um tempo ali, daí pagamos e “briqueamos” por uma terra lá na colônia, e daí moramos na colônia. Também não deu certo lá, voltamos de volta pra cá, agora estamos aqui! Então, é uma história muito longa da vida da pessoa... (informação verbal).

Nestas *táticas* denominadas *briques*, é interessante analisar as relações de equivalência de valores entre coisas diferentes, pois a troca pode envolver automóveis, valores em dinheiro, parcelamentos, entre outros itens. As três narrativas a seguir são exemplares das trocas realizadas:

Daí apareceu o “brique” aqui, que morava um casal que tinha gêmeos. Eles queriam ir embora, eles não se deram bem aqui, daí trabalhava junto com ele, ele ofereceu aqui, daí nós compramos aqui [...] Naquela época, nós demos acho quinhentos em dinheiro e demos um jogo de sofá pra eles e uma estante (informação verbal).

Nós ficamos um ano morando lá [em Porto Alegre], aí ganhamos um terreno numa granja, era grande assim, enorme. Tu me acredita o que o Lírio foi fazer, trocou a terra todinha por uma aparelinho de som de fita e cem reais naquela época, pra vir embora de volta pra Chapecó? (informação verbal).

Nós nem água não temos, a gente usa da vizinha do lado, sem ninguém saber. Tem uma manga da torneira. [...] Ela sim [já estava aqui], foi ela que contou que não era terreno aqui, que os homens passaram a perna em nós, ele vendeu e não era terreno. Ela disse, não, isso aí é área da prefeitura, é *direito*. Vocês tão comprando um lugar que não vale nada, e daí o homem já tinha

dado o carro. [...] Um carro e mil reais (informação verbal).

Os *briques*, portanto, podem envolver negócios de compra e de venda, mas, geralmente, envolvem a troca. As negociações de troca ocorrem, preferencialmente, pelo o que pude observar, entre pessoas conhecidas, pois ocorre em contexto de informalidade e envolve apenas “acertos” verbais:

Daí ele trocou aqui com a minha avó. Eu tinha 11 anos e nós fomos pro interior, daí ficamos sete meses lá, aí ele trocou, fomos morar ali naquela rua João Turatti. Nós fomos morar, daí ficamos ali um ano e pouco, e depois fomos morar no [bairro] Presidente Médice. [No interior, fomos] na linha das Palmeiras, mas daí meu pai não era muito de trabalhar, mas no interior né, se não trabalha não tem como [...]. Daí ele trocou, comprou uma casa aqui na cidade e vendeu lá, daí ali embaixo, e aí fomos pro Presidente Médice, que aí que eu conheci o meu ex-marido, com 13 anos (informação verbal).

Mesmo no caso de negociações com pessoas não conhecidas, a mediação para o negócio é feita pelo intermédio de alguém conhecido, já que se tratam de negociações “ilegais”, não havendo um anúncio formal, geralmente passando-se de boca a boca.⁷ Essa situação é exemplificada pelo relato a seguir, em que Camélia e Antúrio contam sobre a história da negociação da casa em que vivem em uma área irregular na Vila Betinho. Na época, eles “se juntaram” e estavam pagando aluguel, mas o proprietário precisava desocupar a casa:

Nós tínhamos que arrumar uma casa, de uma hora pra outra. Nós saímos num domingo eu e ela com as crianças, nós sentamos lá no gramado no potreiro e sem saber o que nós íamos fazer, onde que nós ia botar nossas coisas. Daí nós sentados e eu não conhecia ninguém aqui (informação verbal).

E eu não conhecia ninguém, só essa mulher lá debaixo, que nós se conhecia do serviço, e daí eu falei com o Antúrio, vamos lá ver com a mulher do Preto

7 Aqui cabe ressaltar que observei, na Vila Betinho, a colocação de uma placa discreta, na qual se lia “vende-se” e um número de telefone. No entanto, esse tipo de prática não é comum.

se ela não sabe de alguém que tenha um terreninho pra vender, e viemos e deu certo (informação verbal).

Ela assim: “olha, tem uma amiga minha que nós trabalhava junto no frigorífico, ela mora lá embaixo, nós podia ir lá tomar um chimarrão, quem sabe ela sabe”. Chegamos lá, tomamos uma cuia, aí o maridozinho dela disse: “eu sei quem quer vender, tem um amigo meu ali pra cima, é *direito* da prefeitura, mas pra morar dá”. Daí subimos aqui, ele tava aqui, saindo, fechando a porta. Eu pedi pra ele e ele “eu quero cinco mil e meio à vista”, e eu tinha oitocentos pila no bolso, ou nós ia pagar aluguel. E daí eu “bah, mas podia fazer uma diferença”. “Te faço por quatro e meio”. Aí meu patrão disse: “se precisar de ajuda, só me diga”. Aí eu fui lá de noite, chovendo, eu tinha um Uno. Daí fomos lá e contei a história, ele disse “amanhã às quatro horas, tu vem buscar o dinheiro”. Daí voltamos, tipo quatro hora fomos lá, pegamos o dinheiro que faltou, aí foi uma alegria. Viemos aqui, fizemos um recibo na segunda e já na terça nós tínhamos que fazer a mudança. Que saindo não podia deixar aqui sem ninguém. Já no outro dia pegamos um caminhão e já trouxemos a mudança, só eu e ela (informação verbal).

É interessante observar, nesse caso, que, mesmo que tenham feito um recibo, não havia garantia de propriedade, a não ser ocupando imediatamente a casa: “Aqui é assim, por isso que quem ganha um apartamento, uma casa, que vai sair, se deixar a casinha, amanhã já tem outro, é certeza, não tem nem lógica” (informação verbal). Casos do gênero são relatados: “A mulher aqui que ganhou [apartamento] saiu e deixou a casa, venceu ano e voltou. O filho ficou na casinha, mas agora a mãe tá de volta ali” (informação verbal). Nesse caso e em outros que tomei conhecimento durante a pesquisa, as famílias “passam” o *direito* para algum familiar, alguém fica tomando conta do terreno, ou mesmo ocupa o lugar definitivamente. No caso das áreas irregulares, em que há a remoção compulsória das famílias, normalmente a própria prefeitura se encarrega de destruir o barraco ou os próprios sujeitos resolvem a situação, vendendo-os inteiros ou os materiais usados na construção do

barraco antes de se mudar para o apartamento. A prefeitura procura fiscalizar, como comenta uma assistente social: “Tem outra situação que é as áreas irregulares [...] que as pessoas foram invadindo. Não existia essa fiscalização, a gente começou essa fiscalização no ano passado, é bem recente isso”. Assim, segundo ela, a tentativa é de, aos poucos, reestruturar as áreas e impedir novas ocupações.

Com relação ao controle de ocupação das áreas irregulares, é interessante observar que os moradores atuais que pretendem se estabelecer definitivamente no terreno, como Camélia, são favoráveis a esse tipo de controle: “Se [a pessoa] saiu, dá um jeito nesse terreno, bota uma placa ou faz. Aqui jamais, mas é claro que nunca vai acabar isso aqui, nunca, nunca” (informação verbal). Seu esposo, Antúrio, acrescenta: “É [a] mesma coisa que nós, eu não vendo aqui. Só que se eu vendesse já entra outro. E o pior é que não tem outro jeito, não vai acabar nunca. Se eu pegar e fechar a horta ali, emendar, já daria pra outro” (informação verbal). Assim, pode-se dizer que, nas negociações dos *direitos*, para além do valor da terra, negocia-se uma “possibilidade de morar”, negocia-se, efetivamente, um “direito”.

Ainda nesse sentido, no caso das áreas irregulares, a delimitação com cercas é mais simbólica que efetiva, pois, no caso de um processo de regularização da área, haveria que repor as fronteiras: “Se regularizar, vai ter que medir o tamanho, tem que ser tudo igual” (informação verbal). Apesar das indefinições, muitas pessoas ampliam as casas ou até mesmo as vendem: “Tem gente que construiu, tem gente que vendeu, essa semana também saíram dali. [Venderam por,] parece, que quinze mil. Bem dizer, é a casa, que o terreno, se não tem documento, não tem nada, não é da gente” (informação verbal). Apesar de esta fala parecer contradizer a própria noção de *direito*, ao afirmar que “não é da gente”, é como se houvesse o compartilhamento de certas noções de “direito de uso”; a propriedade é, assim, muito mais simbólica, nos termos de ser uma prática no espaço, e, sendo assim,

8 O verbo “mudar” é acionado de diferentes formas: “fomos”, “nos bandiamos”, “voltamos”, etc.

9 Esta área de ocupação histórica abrigou tanto sua família – mãe e irmãos – como a de seu esposo. Aos poucos, todos foram removidos para os novos conjuntos habitacionais ou se mudaram para outros locais. Atualmente, o terreno está cercado e possui uma placa onde está escrito “Proibido a entrada, propriedade particular”.

10 Do lado de dentro do barraco, havia uma cozinha com pia, fogão, geladeira e mesa com cadeiras (os móveis pareciam muito novos e bem conservados em comparação ao teto que os abrigava). Do lado esquerdo, duas camas. As roupas ficavam armazenadas dentro de caixas e de sacolas penduradas. Nas paredes, havia porta-retratos e outros enfeites. O chão era coberto com pedaços de MDF e, ao se andar por ele, dava a sensação de instabilidade. Do lado de fora, havia uma máquina de lavar, outro puxadinho, que servia de depósito, e uma churrasqueira feita de tijolos. Perto da casa, no terreno ao lado, que é alagadiço, uma poça de água servia para lavar as roupas e, ao lado, havia um tanque. Mais para trás da casa ficava o lugar de onde eles pegavam água para beber. Acima da casa, havia uma “casinha” de mais ou menos 2m² onde ficava a patente. Para ter luz, eles fizeram um gato direto do poste.

Trata-se de *um saber não sabido*. Há, nas práticas, um estatuto análogo àquele que se atribui às fábulas ou aos mitos, como os dizeres de conhecimento que não se conhecem a si mesmos. Tanto num caso como no outro, trata-se de um saber sobre os quais os sujeitos não refletem. Dele dão testemunho sem poderem apropriar-se dele [...] o saber-fazer das práticas cotidianas não seria conhecido senão pelo intérprete que o esclarece no seu espelho discursivo, mas que não o possui tampouco (CERTEAU, 1994, p. 143).

Ao narrar essas condições de habitação, os sujeitos revelam formas através das quais podemos melhor apreender as relações que se estabelecem para os *briques* e a própria concepção de *direito*. É claro, porém, que, além das narrativas, nas práticas e no exercício dessas negociações é que podemos vislumbrar as maneiras que efetivamente significam este “modo de fazer”. Assim, para além desses relatos, tornam-se importantes as observações e as narrativas sobre deslocamentos e mobilidades pelo território. Dos relatos das interlocutoras, destacam-se algumas trajetórias, narrativas e histórias de vida, que expressam diferentes motivações para as mudanças. Acompanhei, durante a pesquisa de campo, pessoas que saíram do bairro, pessoas que retornaram, pessoas que chegaram; saídas e retornos enredados por relações sociais de diferentes ordens. Essas histórias particulares enfatizam processos dinâmicos e amplos que movimentam a periferia.

Essas mudanças tomam forma a partir das narrativas das interlocutoras da pesquisa, que compartilham memórias, expectativas e decepções, justificam suas escolhas ou dos outros, constroem e reconstróem diferentes *lugares* e itinerários. Certeau (1994, p. 200) concebe que as circulações pelo espaço são realizadas pelos relatos, que estes ligam *lugares* entre si, conduzem de um lugar a outro, pois “Todo relato de viagem [é] uma prática do espaço”. Assim, as histórias que narram mobilidades, mudanças e “andanças pelo mundo” refletem diferentes *lugares* e apresentam interessantes perspectivas para se pensar a constituição *processual* da periferia. As idas e vindas pelo território não falam apenas de circulação física,

mas acionam memórias e significados que ampliam nossa compreensão dessa realidade.

A fim de discutir as temáticas das mobilidades pelo território, apresenta-se, a seguir, algumas *trajetórias* coletadas em campo, que, tomadas como ponto de partida para as análises, buscam demonstrar diferentes motivações, agenciamentos, táticas e significados atrelados à decisão de mudar, categoria que assume, nas narrativas aqui trazidas, muitas possibilidades discursivas ou sinônimos.⁸

Das mudanças que pude acompanhar presencialmente, é emblemática a de Tulipa, Girassol e seus três filhos, que conheci vivendo em uma área irregular, “área verde” ou *direito*, mas cuja mudança para um apartamento conquistado em um programa habitacional e retorno ao bairro de origem acompanhei. Quando conheci Tulipa, ela e sua família viviam provisoriamente em um barraco de lona, madeira e materiais reutilizados que ficava em um terreno público⁹ ou área verde. Na época em que a conheci, fazia três meses que a mulher dividia com os três filhos, o marido e um irmão o espaço de aproximadamente 10 metros quadrados, coberto com lona e com pedaços quebrados de telhas de amianto¹⁰. A primeira mudança foi da “área verde” para apartamentos de um programa habitacional; a segunda foi do apartamento para a Vila Betinho.

Após uma trajetória que envolveu a tentativa frustrada de mudar-se para Florianópolis e o pagamento de aluguel, eles optaram por ocupar novamente um vazio urbano. O barraco improvisado foi construído em uma área em que já haviam vivido, logo após o casamento. As demais pessoas que ocupavam a área foram removidas do local. Ao se estabelecerem novamente no *direito* que outrora abrigou toda a família, Tulipa destaca em sua narrativa, foram acionadas diferentes táticas desenvolvidas como legitimadoras da prática de ocupação daquele lugar:

[...] eu tenho cadastro lá faz 10 anos, eu tô pagando aluguel e eles não me resolvem nada, eu disse, eu vou pegar e vou fazer lá onde que eu morava. Daí

fizemos. E fomos na habitação primeiro, ainda a moça ali. Ela reclamou e ainda meu marido falou pra ela, eu vou fazer lá pra morar e pronto já que vocês não resolvem meu problema, não querem me arrumar um apartamento, terreno ou casa eu vou fazer lá. [...] Expliquei pra ele por que saí, eu tô pagando aluguel eu tô com três pequenos, eu não vou ficar rolando de bairro em bairro, meu mais velho estuda e tá prejudicando ele, ele já rodou, eu disse pra ele, ele já ficou quase um ano sem estudar [...] Eu vou fazer aqui, se vocês não me derem eu vou construir aqui e daqui eu não saio, eu falei pra ele, daqui eu não saio (informação verbal).

O posicionamento de Tulipa para negociar na prefeitura sua permanência na área demonstra de maneira muito clara seu conhecimento e seu empoderamento para a solução do seu problema habitacional. Nessa perspectiva, podemos analisar as formas de mobilidades aqui tratadas a partir das relações de poder engendradas no processo, reforçadas e colocadas em circulação através dos discursos e das práticas cotidianas. Assim enfatiza Foucault:

Não emprego quase nunca de forma isolada o termo poder, e se o faço algumas vezes, faço-o com o objetivo de abreviar a expressão que utilizo sempre: relações de poder. Mas existem esquemas já estabelecidos, e assim, quando se fala de poder, a gente pensa imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, em um senhor frente ao escravo, etc. Porém não é absolutamente nisso que eu penso quando falo de relações de poder. [...] Estas relações são, portanto, relações que se podem encontrar em situações distintas e sob diferentes formas; estas relações de poder são relações móveis, ou seja, podem modificar-se, não estão determinadas de uma vez para sempre [...] são móveis, reversíveis e instáveis (FOUCAULT, 1994, p. 269).

Partindo desses pressupostos, tais processos tomam a forma de relações de poder perpassadas pelos discursos. Nesse sentido, a análise dos discursos trazidos possibilita a

compreensão dos procedimentos mobilizados para a produção da subjetividade. Mesmo que, comumente, tal aporte seja utilizado para se pensar a subjetividade enquanto interioridade, de certa forma, desconectada dos processos sociais, a minha perspectiva é compreender os processos de subjetivação em suas conexões e diálogos com o território. Assim, não apenas, como já mencionamos anteriormente, os processos de apropriação do território a partir da noção de *direito* nos permitem pensar em *lugares subjetivados*, como também, tal qual nesta situação de disputa que Tulipa apresenta, exigem ferramentas de luta:

Ele disse que ia vim ordem de despejo eu disse “Pode vim, que eu vou pegar os três e vou levar lá na Ric Record e vou colocar em pratos limpos”, daí ele não falou nada. Eu disse: “eu sei que tem lá no Expoente casinha e apartamento de varde”. Eu falei pra eles: “Eu sei que tem, porque a gente vai lá, a gente convive lá, eu sei que tem de varde lá, e quem tá fuçando, indo todo dia lá pedindo pra vocês, vocês não arrumam. Mas agora eu falei até com a deputada Mariane, eu disse pra ela que eu ia fazer aqui, eu disse eu tenho cadastro lá faz dez anos, eu tô pagando aluguel e eles não me resolvem nada”.

Não, eles não podem fazer isso, o pessoal nem sabe ler né? Meu marido não sabe ler direito, eles não podem enganar assim (informação verbal).

Ou seja, tais ferramentas são: mencionar a televisão, demonstrar conhecimento com a realidade dos novos conjuntos; acionar suas articulações políticas, questionar a legitimidade de um documento de despejo assinado por alguém que não sabia ler, entre outras ações. Com isso, o sujeito coloca-se em uma situação de *empoderamento* e de força para a conquista de seu *lugar*. Assim, a *tática* de Tulipa, enquanto uma performance operacional (CERTEAU, 1994), permitiu-lhe sair “vitoriosa”, eles “ganharam” um apartamento em torno de quatro meses depois.

Após a mudança para o novo apartamento, no Monte Castelo, os laços com o território anterior – o bairro Bom

Pastor – não se dissiparam, mas, pelo contrário, fortaleceram-se. Os filhos mais velhos continuaram frequentando a escola no bairro (em tempo integral) e, pelo menos uma vez por semana, eles frequentavam a igreja na Vila Betinho. Eu continuei encontrando a Tulipa nos eventos do “peso” da Pastoral da Criança, por isso, acompanhei sua mudança para o apartamento. Quando perguntei sobre como estava a vida na casa nova, sua resposta foi curta: “Eu fico só aqui dentro. Lá eu tinha mais liberdade. Aqui tem que ficar dentro da casa fechada. Não dá pra [se] misturar muito como lá” (informação verbal).

A essa dificuldade do isolamento espacial dos apartamentos em relação aos vizinhos e do próprio conjunto em relação ao restante da cidade, acrescenta-se a questão do tamanho do apartamento e a dificuldade em pagar as prestações. Sobre isso, Lírio relata: “E depois é muito caro lá, e tem muita gente que não tem renda fixa pra pagar” (informação verbal). Assim, são listados inúmeros motivos que justificariam a *mobilidade* de retorno ao bairro:

Fizeram uma coisa muito esquisita, muito pequenininho, não fizeram uma sacada, olha, aquilo ali é pra uma pessoa que nunca mais vai ter filho, que tem um filho e não projeta outro filho, é um cubículo. É longe. [...] E tem outra, desses que moravam em favela, em barraco, ninguém vai ficar lá, a maioria vai abandonar, que não vai conseguir pagar e vai voltar pra favela de novo (informação verbal).

Claramente, essa fala, de Amarílis, retoma os aspectos centrais que justificam as mobilidades de retorno às áreas anteriormente ocupadas, bem como os possíveis *briques* que possam ser realizados com os apartamentos. A sua fala é contundente: “Mas isso já fizeram pra complicar a vida do pobre” (informação verbal). O que é interessante destacar aqui é que, apesar de todas as dificuldades apontadas, os sujeitos se colocam em uma postura crítica e de agência, ou seja, além de evidenciarem nos discursos, eles desenvolvem, na prática, *táticas* de superação desses problemas.

Logo após se mudarem para o apartamento, Tulipa e o marido já deixavam explícito o desejo de *briquear* o apartamento e voltar para o bairro de origem, próximo dos familiares e da igreja que frequentam, pois, para visitá-los, eles relataram as dificuldades de transporte. Na época, como as crianças ainda estudavam no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), Tulipa ia quase todos os dias com eles, com o ônibus escolar, e ficava no bairro, na casa de parentes, do pastor ou de amigos. Diante deste contexto, o desejo de vender o apartamento e voltar para o bairro era latente, como mostra o diálogo a seguir:

Girassol: Mas eu tive proposta de briquear esse apartamento. [...] Só que não pode tirar do nome. Se não pagar tudo, o cara que comprar não é dono.

Tulipa: Ele vai ter que continuar pagando.

Girassol: Aí, se ele pagar os dez anos, aí sim.

Tulipa: Ele tem que assumir as prestações de cinquenta reais por mês, e é dez anos. [...]. Dez anos, porque eu pago cinquenta e cinco, tens uns aí que pagam cento e trinta, [em] cinco anos tá tudo pago. [...] Se fosse que desse pra gente comprar um terreno, que desse pra comprar do jeito que quisesse.

[...]

Girassol: Na verdade, não fizeram proposta, ele pediu se eu queria vender, mas se acertar e ele assumir as parcelas que tem. [...] Eu acho que não [é arriscado ele não pagar]. Se ele não pagar, a Caixa vai despejar ele.

Tulipa: A única coisa que a Caixa vai fazer é despejar quem tá morando aqui dentro. Diz que o dono, daí, tem que ir lá e desistir. Só que se ir lá desistir só não ganha mais. Vai ter ir lá e desistir do apartamento pra eles. Eles não deixam assim chegar a um ano sem pagar, o máximo que já tem eu vi o papel ali, não pode ficar um mês, senão eles cortam a água e a luz. Agora eles fizeram uma ata, lá no registro civil, que, se tiver quinze dias vencidos, não é da Caixa o condomínio, isso daí é da PROL [administradora do condomínio], foi eles que fizeram essa lei, porque eles não fazem nada. Camila, eles só querem o dinheiro, tu vê ali embaixo, eles não colocaram ninguém pra lavar a escada, pra lavar as coisas, cada morador, cada dia um. Porque eles não vem dar uma olhada nos corrimãos,

nas coisas, que tá tudo arrancado, nem arrumar. Daí isso daí eles querem cobrar de nós pra arrumar. Quando o síndico falar na reunião que vai toca de trocar, vão os moradores pagar.

Girassol: Eu, na verdade que eu sei, [...] tenho compromisso é pagar tipo o apartamento, água e luz.

Tulipa: mas vem descontado na folha.

Girassol: Outras coisas por fora, aí não... mas só que vem descontado tudo na folha. Ao invés deles colocar um talão de água, um de luz, eles deixam tudo junto (informação verbal).

Ao serem questionadas sobre um possível retorno para a Vila Betinho, as entrevistadas responderam:

Tulipa: Eu, pra mim, indo lá pra Vila Betinho tava bom, tendo casa é a conta, tendo a casa e o cantinho da gente.

Girassol: Tem um homem lá que eu pedi pra ele o preço do terreno dele, só que toda casa é rebocada, teria que botar cerâmica. Que lá fica do ladinho da igreja. O pastor já me escalou pra pregar hoje, daí vou ter que sair daqui pra ir lá, na verdade vou chegar em casa onze e pouco (informação verbal).

Nas idas e vindas da pesquisa de campo, acabei perdendo um pouco o contato com Tulipa, pois, para mim, também era difícil me deslocar até o Monte Castelo. Entretanto, reencontrei-a no início de 2013, no “peso”, e ela me contou que estava morando na Vila; “Voltei, Camila”, disse ela, com um sorriso no rosto. Em outra oportunidade, visitei-a em casa, quando ela me explicou como foi que conseguiram negociar o apartamento e voltar para Vila Betinho. Ao ser questionada se o antigo morador da casa havia ido para o apartamento, ela respondeu:

Não, eu vendi. A Caixa liberou, desde que paguem. Eles recebendo é a conta, só aconselharam quem comprar não pagar muito caro, senão vai ter que pagar pra eles também. Daí vendi por dez, e daí eu dei oito de entrada aqui e dois eu comprei as coisas que não tinha lá. Só a geladeira nova que eu tinha lá eu dei

no “brique” pra minha cunhada, que ela que é dona aqui. Eu dei a cama, guarda-roupa, mas daí comprei duas cama, um outro roupeiro, a pia, a centrífuga, a máquina (informação verbal).

Assim, além de retomar a proximidade com as redes de sociabilidade anteriores (parentes e igreja, principalmente), o *brique* também significou uma melhoria nas condições internas da casa, através da aquisição de novos eletrodomésticos e da possibilidade de ampliação no futuro. A casa que compraram era de uma cunhada: “[...] a prefeitura fez reunião ali, né, que ia tirar quem tivesse dois terreno [...] Aqui ela alugava. Daí a habitação disse que tinha que tirar que não pode” (informação verbal). Nesse contexto, o negócio em família é uma garantia a mais de permanência. Tulipa contou que já são os terceiros moradores daquela casa, pelo o que sabe, mas que, no caso de fazerem uma regularização da Vila, não sabe como vai ficar. Assim, também, o comprador do apartamento fica numa situação de irregularidade, pois não é possível efetivar o negócio, mesmo que Tulipa afirme que “a Caixa autorizou”:

Só que lá o apartamento vai continuar no meu nome por dez anos, depois eu vou desistir pra eles. Tem que pagar primeiro os dez anos. A guria que mora lá pagava quinhentos e cinquenta de alugue,l né, daí ela vai pagar quarenta e cinco por mês. Daí ela que paga. [...] Foi fácil [achar para quem vender], mas queriam dar dois, três, seis, mas eu disse pra ela: “não, seis eu não quero, eu tenho que vender pra pelo menos eu poder dar entrada em outro lugar” (informação verbal).

Aqui podemos mencionar que há um refinamento da ideia de *brique* que, mais uma vez, revela a contínua inventividade dos sujeitos na resolução dos seus dilemas habitacionais. Sendo o *brique* um modo de agir *tático*, aqui também são acionados relacionamentos de longo prazo, pois, depois de dez anos, Tulipa afirma que vai “desistir pra eles”; portanto, os vínculos da negociação permanecem, ante a necessidade de garantir sua efetivação no futuro, contrariamente ao que seria esperado, isto é, ao contrário de haver impessoalidade diante

de um negócio “ilegal”, os sujeitos estão implicados em uma relação de continuidade.

Resumindo as trajetórias de mobilidade de Tulipa encontramos o seguinte itinerário: na infância, morou bairro Palmital (próximo ao lixão); veio com a mãe para o loteamento Vida Nova; a mãe vendeu, “botou fora”; a mãe foi pagar aluguel no Bairro Jardim América; Tulipa casou e fez uma casa em um *direito*, onde já estava a família do companheiro, e construiu um puxadinho atrás para a sua mãe; foram todos embora para Florianópolis; Tulipa, o esposo e os filhos retornaram para Chapecó; construíram um “barraco” na “área verde”; foram contemplados com um apartamento no Monte Castelo; venderam o apartamento e retornaram para a Vila Betinho.

Essa e outras histórias de *mobilidades* nos permitiram vislumbrar a complexidade dos *processos* inerentes à constituição das periferias urbanas. Assim, a partir delas, foi possível analisar a *processualidade* em termos dos arranjos domésticos familiares – puxadinhos, coabitação, alianças. As *mobilidades* pelo território expressam práticas de transitoriedade, ajustes e arranjos que podem se organizar em torno de estratégias de vida, ao mesmo tempo em que expressam concepções sobre o território.

Quando analisamos as trajetórias que envolvem o acesso à moradia através de políticas habitacionais e do posterior retorno à periferia, seja através da venda da casa ou mesmo da “entrega” para a prefeitura, como foi relatado, observamos trajetórias a partir das quais, muitas vezes, paradoxalmente, poderia, de fora, ser interpretado que as pessoas não valorizam o acesso à casa promovido pelas políticas públicas, desconsiderando a segurança, o valor dos pagamentos mínimos e a noção de propriedade. Porém, o que é interessante observar são as diferentes estratégias criativas, relacionadas ao *presenteísmo* de que fala Maffesoli (1996), nesta situação de migrantes em mobilidade pelo território, que se utilizam taticamente dessas situações e transitam tranquilamente entre os terrenos da “segurança” e da “insegurança”. Parece ser possível pensar aqui nos termos

colocados por Maffesoli (2007), isto é, que estamos diante de uma vida social sem projeto, na qual não se pode buscar causalidades e finalidades mecânicas. O autor aponta para o retorno do nomadismo e de formas de vínculos sociais que são supra-históricos: “O sentido que não se tensiona mais em direção a um alvo distante, se ‘*tensiona no*’ (*in tendere*) que é vivenciado, aqui e agora, com outros [...] É uma outra forma de coerência. Um concordância com os outros e com o mundo que é ‘supra-histórica’. Uma coesão interna, por assim dizer” (MAFFESOLI, 2007, p. 39). Ou seja, as moradoras constroem uma tática maior, que, apesar de conectada às memórias e a um passado acionado como legitimador das práticas (no caso de Tulipa, as relações de antiguidade – ela morava lá antes – é acionada taticamente como mais um discurso de empoderamento para conquista da área), parte do uso de categorias como direito para consolidar seu lugar. Mesmo que este seja transitório para outro, ele faz parte de um projeto que envolve, entre outras coisas, permanecer na periferia em que consolidaram uma importante rede de relações e que, por esse motivo, oferece uma zona de conforto. Os sujeitos não aceitam passivamente a nova condição de moradia, o que não significa dizer que negam o direito à casa, mas, pelo contrário, acionam, em seus discursos e práticas, formas estratégicas de conseguilo. Feito isso, eles os vendem, negociam, fazem “briques”, dão respostas diferentes. Os sujeitos mudam-se, retornam e fazem uso de certa identidade situacional (identidades manipuladas, acionadas em contextos distintos). Assim, se pode dizer que as pessoas têm coragem para desagregar e reagregar, ou seja, há uma positividade na desagregação. Nessa lógica, aparecem diferentes relações de tempo e de espaço, diferentes e não óbvias relações entre razão e significado. A proposta aqui, porém, é analisar a noção de direito envolvendo seus aspectos simbólicos e estéticos que, nas socialidades observadas, são muito mais relevantes e acionadas em relação às lógicas econômico-políticas.

Considerações finais

Dentro do marco teórico-metodológico da antropologia, apresentamos elementos do estudo etnográfico que buscou aproximar-se da realidade cotidiana e relacional de mulheres que vivem nas periferias chapecoenses, delimitadas geograficamente por dois bairros: São Pedro e Bom Pastor. Esse olhar guiou as possibilidades analíticas e representacionais subsequentes, culminando na produção de um texto que buscou organizar a experiência etnográfica em categorizações e leituras teóricas para dar inteligibilidade a este fluido, dinâmico e processual cotidiano.

Do universo da pesquisa, que, apesar de ter um marco espacial e um lugar de fala definido (a partir de um específico olhar e contexto de pesquisa), optamos por nos guiar pelas narrativas e pelas discursividades das interlocutoras para construir as análises e apresentar as relevâncias do campo. Essa escolha está orientada, por um lado, pela opção em dar relevância às práticas cotidianas, que, segundo Certeau (1994), aparecem nos *relatos* de espaço, que são simultaneamente práticas e significados; por outro, a proposta de uma antropologia dialógica nos motivou a conceber maneiras de considerar os discursos e suas contextualizações como lugares preponderantes para a análise dos *significados* e das *experiências* das interlocutoras da pesquisa.

Assim, destacamos *lugares* construídos a partir de processos de identificação e de pertencimento, bem como *lugares* permeados por relações de distanciamento e de diferença. Nesse sentido, as relações de alteridade permeiam tanto os discursos quanto as práticas das mulheres com quem dialoguei, e nos possibilitam pensar a fragmentação e as *processualidades* nos espaços periféricos. Destacamos os cenários de *socialidades* que demonstram as relações citadas. Dentre os exemplos etnográficos, aqueles que dizem das *mobilidades* pelos territórios e das maneiras de significá-los foram colocados em relevo, de forma a demonstrar as maneiras com que as interlocutoras acionam diferentes *redes* e *socialidades* em seu cotidiano.

Das relações de pertencimento e das *táticas* acionadas pelos sujeitos, nas relações práticas e simbólicas com o território, destacamos a categoria nativa de *direito*, que demonstra, com muita pertinência, formas através das quais se consolidam *táticas* de ocupação e de significação dos *lugares*, que servem como formas de reprodução social, de mobilidade e de sobrevivência.

A partir das *socialidades*, traçamos mapas imaginários dos lugares pesquisados, o que nos permitiu encontrar, nas “maneiras de fazer”(CERTEAU, 1994), o traçado simbólico do lugar de pertencimento. Encontrar nos cenários, nas memórias e nas narrativas a possibilidade de uma aproximação a estes lugares e suas moradoras significou prestar atenção àquilo que se define como cotidiano, representando a nossa tentativa de levar em consideração aqueles aspectos da experiência mais diária e banal, práticas comuns, de pessoas comuns, falando de seu dia-a-dia, dando significado à experiência de viver na periferia. Essas características vão permitir uma aproximação com a “experiência sensível”, sempre relacional, que reflete a vivência, a espontaneidade e a empatia compartilhadas. Nesse sentido, a experiência não se refere apenas a situações individuais, mas a dados coletivos de afetividades e de sentidos que envolvem dimensões estéticas do *experimental* em comum: “Um lugar – cidade, bairro, casa, país – nos é familiar porque é constituído de todos esses rituais insignificantes, essas maneiras de ser que, de um lado a outro, constituem o ‘saber incorporado’” (MAFFESOLI, 1996, p. 121).

No decorrer das descrições e das análises etnográficas apresentadas, procuramos ressaltar as *experiências* das interlocutoras, que expressaram, através de práticas cotidianas e de narrativas, maneiras através das quais articulam, em suas vivências, sempre relacionais e partilhadas, significados, afetividades e estéticas de sentido que produzem apropriações do território, configurando a experiência dinâmica, contínua e processual de “fazer-periferia”.

Referências

- AGIER, Michel. **Antropologia da cidade:** lugares, situações, movimentos. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- ALBA, Rosa Salete. **Espaço urbano:** os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail M. **The dialogic imagination.** Austin: University of Texas Press, 2008.
- _____. “Metodologia das ciências humanas” In **Estética da criação verbal.** 5ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Tradução de: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B.(Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- DMITRUK, Hilda B. Gente da terra: percursos teóricos e experiência. **Cadernos do CEOM,** Chapecó, v. 31, p. 411-431, 2009.
- FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra:** etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- FOUCAULT, Michel. “La ética del cuidado de uno mismo como práctica de la libertad». [1984]. Entrevista concedida a H. Becker, R. Fornet-Betancourt, A. Gomez-Müller. *Ditset écrits (1954-1988)*, Gallimard, París, 1994. Disponível em: <<http://revistas.unc.edu.ar/index.php/NOMBRES/article/viewFile/2276/1217>>. Acesso em: 02 fev. 2017
- FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 48, n. 1, p. 107-124, jan./jun. 2005.
- GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica,** v. 10, n. 1, 2006.
- GOMES, P. **A ação da Igreja Católica no Bairro São Pedro:** um depósito de massa sobrando (1959-1985). 1998. Monografia (Graduação em História)–Universidade do Oeste de Santa Catarina, Chapecó, 1998.
- HASS, Mônica; ALDANA, Myriam; BADALOTTI, Rosana Maria. O Plano Diretor de Chapecó (SC) e a possibilidade de um

pacto social à luz dos princípios do Estatuto da Cidade. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, n. 3, p. 208-219, set./dez. 2008.

HASS, Mônica. **Democracia e governança**: o planejamento estratégico participativo de desenvolvimento urbano de Chapecó (SC) 2001-2004. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia Política)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LATOUR, Bruno. **Reassamblar lo social**: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O ritmo da vida**: variações sobre o imaginário pós-moderno. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Trajetos e trajetórias: uma perspectiva da antropologia urbana. **Sexta-feira**, São Paulo, n. 8, p. 40-43, 2006.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

RENK, A. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. **Illuminuras**, Porto Alegre, n. 4, 2001.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades outras**: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. 2014. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade melanésia. Campinas: Unicamp, 2006.

Submetido em: 12/09/2016

Aceito em: 14/12/2016

ON THE “DO-PERIPHERY”: EXPERIENCES, NARRATIVE AND REFLECTIONS FROM AN ETHNOGRAPHIC STUDY

Abstract

This article discusses part of the results of an ethnographic study developed with the residents of two peripheral districts in the city of Chapecó/SC. The research sought to emphasize articulations between territory and experience, in its practical and symbolic dimensions, so that social scenarios involving places and identity references (of belonging or distance) and other forms of subjectivation of the territory, which consolidate procedural relations construction of the periphery. The proposal of this work is to reflect the condition of the periphery and the city as places in process, seized, from territorializations and mobilities, identified during the ethnography and constructed from the dialogical perspective, emphasizing everyday experiences and narratives. Thus, the proposal in this article is to present the proceduralities that we find in the mobilities by the territory, that appear with greater emphasis in the irregular areas of the searched neighborhoods recognized by the subjects of the research like “right”. We perceive a movement of people through the territory, either by alternating the place of dwelling, accessing new forms of housing, transfers, reoccupations, etc. Mobility stories allow us to glimpse the complexity of the processes inherent in the constitution of the urban peripheries, and express, through daily practices and narratives of mobility, ways in which they articulate in their experiences, always relational and shared, meanings, affectivities and aesthetics of which is the dynamic, continuous and procedural experience of “making-periphery” and “making-city” (AGIER, 2011).

Keywords: Urban Anthropology. City. Periphery. Procedurals.